

Sexta-Feira, 01 de Novembro de 2024

Lula se reúne com governadores nesta quinta para discutir mudanças na segurança pública

NO PALÁCIO DO PLANALTO

g1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discute na tarde desta quinta-feira (31) com governadores, no Palácio do Planalto, **mudanças nas políticas de segurança pública no país.**

A ideia de Lula e de auxiliares é que o governo federal **participe mais da formulação** e implementação das políticas públicas sobre o tema, em especial no combate ao **crime organizado.**



Polícia procura criminosos após confronto entre facções na região central do Rio de Janeiro — Foto: Reginaldo Pimenta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo

Lula também convidou representantes do [Congresso Nacional](#) e do Judiciário para o encontro, além de secretários estaduais de segurança.

O presidente quer enviar ao Congresso uma proposta da emenda à Constituição (PEC) para **ampliar a atuação da União na área.**

Atualmente, a maior parte das atribuições de segurança cabe aos governos estaduais com suas polícias civis e militares.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, [Ricardo Lewandowski](#), trabalhou nos últimos meses no texto da proposta.

A intenção do governo é integrar as polícias, **[reforçar o Sistema Público de Segurança Pública \(SUSP\) e aumentar as responsabilidades da União.](#)**

Além disso, quer criar uma nova polícia comandada pelo governo federal com mais poderes de policiamento ostensivo a partir da [Polícia Rodoviária Federal](#) (PRF).

Atuação do governo federal

Essa proposta muda bastante o sistema de segurança pública no Brasil e define um novo papel para o governo federal, **que passa a ter mais poder e mais responsabilidade no combate ao crime, atuando em conjunto com estados e municípios.**

Lula planejava há meses a reunião desta quinta para ouvir opiniões dos governadores e identificar alterações na legislação com apoio majoritário.

O presidente entende que é preciso reformular políticas a fim de, por exemplo, reforçar o combate ao crime organizado, que atua em diferentes estados e países.

Em julho, Lula declarou que os ["estados não dão conta sozinhos" da segurança pública](#) e defendeu maior participação da [Polícia Federal](#) nas operações.

"Eu acho que os estados sozinhos não dão conta. O que nós queremos é fazer uma proposta de aprovar uma PEC que defina o papel de cada um, mas que a gente dê ao povo a certeza de que a gente vai ter mais segurança pública neste país", disse Lula na ocasião.



Presidente Lula durante reunião. — Foto: TON MOLINA/FOTOARENA/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO

A segurança pública é um dos temas que tem pautado debates nas últimas eleições e que preocupa os brasileiros.

Lula tem uma política oposta à do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), [que facilitou o acesso da população à armas e munições.](#)

Segundo o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **o Brasil teve uma redução de 3,4% nos registros oficiais de mortes violentas intencionais** ocorridas ao longo de 2023, em comparação com 2022 — uma queda de 47,9 mil para 46,3 mil vítimas.

Já o número de estupros cresceu e atingiu mais um recorde. **Em 2023, foram 83.988 casos registrados, um aumento de 6,5%** em relação ao ano anterior.

O número representa [um estupro a cada seis minutos no país.](#)

Resistência

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, enviou nesta quarta-feira (30) uma mensagem ao presidente Lula para informar que não participará da reunião em Brasília, e enviará um representante.

Zema explicou que o grupo dos governadores do Sul e do Sudeste (Cosud) fez sugestões de mudança no texto da PEC para o Ministério da Justiça, mas não recebeu resposta ainda ([clique aqui para ver as propostas dos governadores](#)).

"Apesar da apresentação das propostas ao Ministério da Justiça, ainda não tivemos uma resposta satisfatória sobre os pontos apresentados. Nem mesmo recebemos quais serão os termos da PEC da Segurança a ser apresentado ao Congresso", escreveu Zema a Lula.

Além de Zema, Eduardo Leite (RS) e Jorginho Mello (SC) também não participarão do encontro.

Pontos da PEC

Entre os principais pontos, o texto:

* Coloca na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP): O sistema foi criado em 2018 por uma lei ordinária. O governo acredita que, inserido na Constituição, terá mais força.

* Dá poder à União para definir normas gerais para as forças de segurança: Inclui medidas como o uso de câmeras corporais, além das diretrizes para uma política nacional de segurança pública, que abrange o sistema penitenciário. As políticas serão definidas após consulta a um Conselho Nacional, composto por representantes dos estados, municípios e do governo federal.

* Amplia as atribuições da Polícia Federal: Especifica de forma mais clara no texto constitucional que é dever da PF combater crimes ambientais, bem como crimes cometidos por organizações criminosas e milícias privadas.

* Reformula a Polícia Rodoviária Federal: A PRF terá atuação ampliada, incluindo cuidados com hidrovias e ferrovias, com atuação ostensiva no combate ao crime, além das questões rodoviárias.

* Unifica o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Penitenciário: Estabelece a proibição de bloqueio de recursos desses fundos.